



“A Pátria Portuguesa é obra coletiva dos portugueses e de modo muito particular dos seus Soldados” *

Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Executiva da Cerimónia de Homenagem Nacional aos Combatentes, Major General Avelar de Sousa,
Meu General,

Concedeu-me Vossa Excelência, a singular oportunidade e o raro privilégio de intervir nesta Cerimónia, do maior sentido e significado para todos os Combatentes. Sinto-me muito honrado e sensibilizado pela distinção que me confere de, em nome dos Portugueses, homenagear todos aqueles que deram e dão o melhor de si, até a própria vida, por esta Pátria que amamos.

Permita que, na sua pessoa, enalteça o papel determinante e fundamental das Associações de Combatentes, as quais se têm constituído como permanentes e indefetíveis guardiãs da memória de todos os que combateram por Portugal, participando, uma vez mais, de forma massiva e empenhada, na concretização desta Cerimónia.

Muito mais que o ponto de encontro e polo de união, dos que tiveram e têm a subida honra de envergar o uniforme das nossas Forças Armadas, transversais a todas as épocas e a todas as gerações, as Associações têm desempenhado um papel fundamental sempre, onde e como os Combatentes necessitam, constituindo-se, múltiplas vezes, perante a mudez institucional, como o único respaldo e a voz da consciência pública na defesa da própria Instituição Militar.



Excelentíssimas Autoridades Civas, Militares e Religiosas,
Militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana,
Elementos das Forças e Serviços de Segurança,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Caros Combatentes,

A Pátria Portuguesa é obra coletiva dos portugueses e de modo muito particular dos seus Soldados, tendo sido forjada na dureza das batalhas e na esgotante demanda das descobertas e conquistas, com a força do braço e a genialidade da mente.

Por entre perigos e esforços sobre humanos, em terra, no mar e no ar, milhares de heróis, muitos dos quais anónimos, passando por privações e provações, firmaram fronteiras, descobriram mundos, defenderam Impérios e aprenderam a lidar com o assombro e o quebranto, a transfigurar o receio e o pavor, a sofrer com o insucesso e a sorrir com a vitória, fazendo do perigo o alimento do espírito.

Moldaram, fizeram e refizeram a História de Portugal, mas não puderam erguê-la com facilitismos e comodidades, medo da morte e da vida, mas pelejando, rezando e sofrendo.

Cada um deu, na humildade ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto sabia e podia, e por isso lhe somos devotadamente gratos.

Assim, neste Dia de Portugal, em que no Território Nacional e nos quatro cantos do Mundo, milhões de portugueses se recolhem e comungam connosco os mesmos sentimentos de devoção e orgulho na nossa imortal Pátria, assim como de exaltação e de reconhecimento a todos os que, tal como vós, ao longo de quase 900 anos combateram pela sua liberdade e independência, começo por evocar e homenagear os melhores de todos nós, os que tombaram oferecendo generosamente o seu bem mais precioso, no estrito respeito pela grandeza dos valores, que presidem à doação integral do Combatente, ao cumprir o juramento com o sacrifício da própria vida.



Caros Combatentes,

A vossa presença e participação nesta Cerimónia, é a demonstração que ser Soldado de Portugal é para toda a vida e que os inquebrantáveis vínculos que vos unem, alicerçados na camaradagem e no espírito de corpo, tendo sido forjados nas condições extremas da vereda estreita e agreste, que tantas vezes vos separou de todos aqueles que, ombro a ombro, convosco combateram e morreram, não têm paralelo na nossa sociedade.

Uma especial referência, a todos os que combateram na defesa do Território Nacional, dum Portugal pluricontinental, em que o Ultramar era parte integrante da Nação, encontrando-se hoje, como é vosso timbre, massivamente aqui presentes.

Vós, sois dos últimos “Guerreiros do Império”, os representantes dos cerca de um milhão de bravos que, independentemente do processo político a que obedeceram, de forma estoica e abnegada, sem a espera da paga ou de recompensas de qualquer natureza, por Portugal combateram, defendendo estoicamente a Bandeira Nacional no Estado Português da Índia, vencendo militarmente uma guerra travada nas picadas mais perigosas e nos locais mais ínvios das matas de Moçambique, das florestas e “chanas” de Angola e das “bolanhas” e do “tarrafo” da Guiné e que, com feridas no corpo e na alma, após o regresso de uma guerra a que foram chamados, se viram estigmatizados e quase ostracizados pela sua condição de Combatentes.

Mesmo neste Portugal esdrúxulo e envergonhado, que não segue o exemplo Universal do culto aos que combateram pelo seu País, não deixa de ser irónico que, perante as atitudes pírias e complacentes das mais altas figuras do Estado, aqueles que faltaram ao chamamento da Pátria tenham sido reabilitados, legitimados e até mesmo enaltecidos e condecorados pelas “boleias” e pelos “contorcionismos” dos ciclos políticos e os que, como vós, não traíram nem desertaram, tenham sido um anátema para sectores obscuros da nossa sociedade que, apostados em reescrever a História, múltiplas vezes os demonizaram e mimosearam com os mais soezes impropérios.

Mas, por mais que essas almas menores, tentem denegrir o vosso carácter, a vossa resiliência, a vossa coragem e o vosso patriotismo, vós sois a grande inspiração e a referência das atuais gerações de Combatentes, que hoje também aqui homenageamos. Homens e mulheres que, no âmbito das Organizações Internacionais em que o País está inserido, ou em missões unilaterais do Estado Português, em terra, no mar ou no ar, tão longe de “casa” quanto os interesses nacionais o exigem, com ausências prolongadas, também acompanhadas de dor e luto, têm sido determinantes na continuidade do Esforço Militar Português, sempre pugnando pelo referencial comum a todos os que combateram por Portugal – o devotado amor à Pátria que um dia juraram defender e pela qual, durante a sua História, tantos verteram o seu generoso sangue, na defesa deste “chão sagrado” onde nasceram.



Excelentíssimas Autoridades

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Caros Combatentes,

Este é também um momento propício ao exercício da memória, pelo que, apesar de muitos deles estarem fisicamente longe de nós, não esquecemos, pelo muito que lhes devemos, os militares portugueses de ascendência africana que, de forma honrosa e valorosa, combateram e morreram por Portugal.

E, quando falamos dos nossos “Irmãos de Armas” Africanos, raras vezes a memória não nos leva para os trágicos acontecimentos ocorridos, numa das páginas mais negras da nossa História Contemporânea.

Em 1975, as novas e “progressistas” autoridades portuguesas, abordaram o problema ultramarino com um critério de grande e cristalina simplicidade, baseado na cor da pele: África era para os negros e Portugal para os brancos. Assim, por força do Decreto-Lei 308/75, todos os Portugueses residentes nas Províncias Ultramarinas, que não eram de ascendência europeia, nomeadamente os combatentes de origem africana que, como cidadãos nacionais, tinham servido as Forças Armadas, perderam, automaticamente, a nacionalidade portuguesa, sem qualquer direito de opção.



Traídos pela Pátria que defenderam, abandonados à sua sorte, inúmeros destes Combatentes acabaram fuzilados, muitas das vezes com as suas próprias famílias, pelas autoridades dos novos Países. E os que lograram sobreviver, depois de torturados e humilhados em “campos de reeducação”, foram obrigados a fugir e a procurar refúgio em contextos e em locais que tornaram os sonhos quase impossíveis.

Durante décadas, os cúmplices morais desta barbárie, quais Pôncio Pilatos, lavaram as mãos, procurando cobrir esta vergonha com o silêncio e a omissão, bem como com as triviais narrativas, forjadas para tranquilizar a sua boa consciência.

Passados cinquenta anos sobre estes ignóbeis acontecimentos, quando hoje assistimos a tantas facilidades e expedientes na obtenção da nacionalidade portuguesa, dada de “mão beijada” a quem vem de latitudes que nada têm a ver com a Lusofonia, a devolução da cidadania portuguesa aos militares africanos que juraram fidelidade à Pátria, combateram por Portugal e que querem ser Portugueses, é um imperativo ético e a única forma que nos faz estar bem com a nossa consciência, pela quebra do pacto sagrado da Nação com esses homens.

Não se trata de confessar e pedir desculpas às vítimas, como hoje uma mentalidade woke, que se “metastizou” na nossa sociedade, tornou habitual exigir. Trata-se sim, de corrigir uma cabal injustiça, nos poucos casos em que, a “Lei da Vida”, ainda permite que tal seja possível e de, ao fazê-lo, nos reconciliarmos connosco mesmos e com o primado dos valores e dos preceitos que formam e enformam o Estado de Direito que nos orgulhamos de ser.

Permitam-me, para finalizar, uma última reflexão, alusiva à nossa fatal idiossincrasia, de alheamento e permissividade, perante os ciclos da História, sendo particularmente dramático, quando áreas da soberania do Estado acumulam problemas que se arrastam, agravam e perpetuam no tempo.

Nas últimas décadas, a Defesa Nacional foi passando para um plano meramente secundário que, é justo que se diga, apenas nos últimos tempos, tal como os Militares e os Combatentes, tem estado a ser tratada com alguma

preocupação e dignidade. Só na última década, num verdadeiro ataque à condição militar, com as medidas completamente inócuas e avulsas para recrutar e reter recursos humanos, as Forças Armadas perderam mais de 30% dos seus efetivos e as verbas destinadas à Defesa, com as sucessivas reduções orçamentais, acrescidas de artifícios impeditivos da sua execução, encontraram outros e muito questionáveis destinos, deixando as nossas Forças Armadas, de forma displicente e irresponsável, à beira da rotura e da inoperacionalidade.



Mas, infelizmente, se olharmos aos últimos conflitos em que Portugal esteve envolvido, constatamos que, face à inépcia das sucessivas tutelas políticas, este é, ciclicamente, o nosso “fado”.

Assim, quando evocamos todos aqueles que combateram e morreram, enterrados na gélida lama das trincheiras da Flandres e no escaldante pó africano da Primeira Guerra Mundial, fica-nos o seu exemplo de estoicismo e abnegação, tão característicos dos Combatentes portugueses, mas também nos fica a dura lição da sua total impreparação para o conflito, com trágicas consequências e custos humanos elevados.

Estes referenciais de imediatismo, de improvisação e de facilitismo, incompatíveis com os requisitos de aprontamento de forças militares, ficaram igualmente bem patentes no início do Conflito Ultramarino, em que muitos de vós estiveram envolvidos, na falta de efetivos, de meios e de experiência, com que as Forças Armadas foram lançadas naquele novo tipo de guerra e na maneira de a conduzir; assim, como no final do século passado, quando nos confrontámos com a necessidade de aprontar, projetar e manter as primeiras Forças Nacionais Destacadas, como elemento da ação externa do Estado, no cumprimento das nossas responsabilidades de segurança partilhada e cooperativa, em resposta aos riscos e ameaças induzidos pelas alterações no Sistema Político Internacional. Hoje, em determinados círculos políticos, apoiados por manobras de influenciadores, media e redes digitais, visando manipular e formatar as mentalidades dos cidadãos, ainda há quem continue a pensar, ou a dizer que pensa, que a conflitualidade se compadece com quimeras e amatorismos e não percebe que há décadas em que nada acontece e dias que valem por décadas, pelo que os aparelhos militares, de preparação complexa, rigorosa e demorada, requerem um permanente estado de prontidão, de atualização e de desenvolvimento.

Assim, uma vez mais, “batemos no fundo”, coincidentemente, em tempos de grande incerteza geopolítica e perante uma conjuntura internacional, em que o Mundo em geral e a Europa em particular vivenciam tempos de insegurança e ameaça, sem paralelo desde os finais da Segunda Guerra Mundial, provando-se, uma vez mais, que “os países não têm inimigos perpétuos nem aliados eternos”.

Em suma, como o tempo não perdoa a quem o perde e os ventos da História recomendam ações imediatas, a inexplicável situação de penúria a que chegaram as nossas Forças Armadas exige medidas de emergência, consubstanciadas em muita vontade e seriedade política, para que se evite o descalabro de novos “milagres de

Tancos”, como sucedeu na nossa participação na Grande Guerra, em que os Combatentes a única coisa que realmente tinham era a sua heroica coragem.



Caros Combatentes,

Apesar de estarmos aqui a pisar as terras do mítico “Velho do Restelo”, símbolo dos pessimistas e temerosos de ontem e de hoje, os Combatentes sempre provaram que, independentemente das más lideranças que, infelizmente, pululam na nossa História, são daqueles que nunca recuam nem vacilam perante as tempestades que vierem e que escolhem sempre a esperança e não o medo. E, foi precisamente deste icónico local à beira Tejo que, ao longo dos séculos, partiram homens da vossa ténpera, aqueles que olhando o horizonte obscuro e desconhecido nada temeram, dando novos mundos ao Mundo, numa das maiores gestas da História da Humanidade, provando que ser parco em território, reduzido em população e escasso em recursos não limita a capacidade de um povo em inventar e construir o seu destino.

Assim, imbuídas dessa vossa energia individual e coletiva, venerando a grandeza de todos aqueles que sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido, estou certo que, olhar o futuro com a responsabilidade do excelso legado de que são portadoras, continuará a temperar as almas das futuras gerações de Combatentes, as quais continuarão a gritar bem alto o brado que nos une, que nos galvaniza e nos levará sempre à vitória: Viva Portugal.

* Discurso do Coronel Pipa de Amorim no Encontro Nacional de Homenagem aos Combatentes, junto ao

Forte do Bom Sucesso, no dia 10 de Junho de 2025.